



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

Comissão de Legislação, Justiça e Redação

PARECER PARA DISCUSSÃO ÚNICA DO PROJETO DE LEI Nº 218/96

1. Relatório

Apresentado pelo prefeito, o PL nº 218/96 objetiva obter autorização para abrir crédito suplementar de R\$ 1,6 mil à dotação do Orçamento vigente que concede subvenção social à Caixa Escolar da Escola Estadual Nelson Soares de Oliveira.

O recurso, para atender à abertura deste crédito adicional, é proveniente da anulação parcial, no mesmo valor, da dotação "reserva de contingência".

2. Fundamentação

Projetos de lei que buscam autorização para abertura de crédito suplementar ou que de qualquer forma autorizem, criem ou aumentem a despesa pública são de *competência exclusiva* do Executivo, conforme dispõe o art. 53, inciso III, combinado com o art. 130, da Lei Orgânica do Município.

A abertura de crédito suplementar ao Orçamento é um procedimento previsto no art. 42, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. No entanto, para que este crédito seja aberto, é preciso que haja autorização legislativa e que seja indicado os recursos disponíveis para acorrer à despesa (art. 167, V, da Constituição Federal).

A concessão de subvenção social, também, encontra sustentação legal, desde que obedecidos certos princípios, tal como o que está estatuído no art. 17, da Lei nº 4.320/64, que diz:

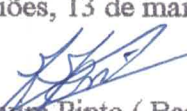
"Somente à instituição cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização que serão concedidas subvenções".

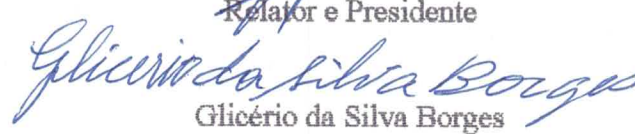
Diante do exposto, verifica-se que o projeto em exame está elaborado em conformidade com esses preceitos legais e, por essa razão, não apresenta, neste aspecto, óbice à sua tramitação nesta Casa.

3. Conclusão

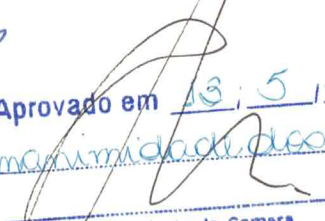
Isto posto, esta Comissão acolhe o voto do relator e opina pela legalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 218/96.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 1996.


José Joaquim Pinto (Barroso)
Relator e Presidente


Glicério da Silva Borges
Membro


Lindomar José Pereira
Membro

Aprovado em 13/5/96
por unanimidade dos presentes

Presidente da Câmara